Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

CLDF

Orçamento e urbanismo serão o foco do Legislativo

Projetos importantes entrarão na pauta dos deputados distritais ainda este ano. Além do planejamento de gastos do GDF para 2023, serão debatidos a criação de duas regiões administrativas e o PPCUB

» ARTHUR DE SOUZA

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Investimentos em obras, como a construção de hospitais prometida pelo governador eleito Ibaneis Rocha, precisam constar no PLOA

A pauta urbanística deve dominar o plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) até o fim do calendário atual, em 15 de dezembro. O **Correio** apurou que entre os principais destaques estão temas como: a criação de duas regiões administrativas, o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e o Setor Comercial Sul (SCS) — projetos de autoria da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh).

Dos três, apenas o que prevê a autorização da extensão de uso e atividades no Setor Comercial Sul tem uma minuta produzida. Em relação aos outros dois — PPCUB e das RAs — a Seduh afirmou que ainda estão em estudo pela área técnica e, somente em seguida, serão submetidos a uma audiência pública para aprovação. A secretaria também destacou que a expectativa é que todos sejam enviados à CLDF até o fim de novembro.

O secretário Mateus Leandro de Oliveira afirmou que os projetos são de grande relevância para o desenvolvimento urbano do DF. Questionado se espera que algum deles seja votado ainda em 2022, o gestor disse acreditar que, dada a importância dos três, que os deputados os apreciem neste ano. "O PLC do SCS é o mais urgente, pois vai possibilitar uma nova dinâmica e complementar o processo de revitalização do setor, atraindo novas empresas e também faculdades", frisou. Mas, neste, ele esclarece que não será tratada a questão do uso residencial. Restringe-se ao uso comercial.

Sobre os impactos que a criação de duas novas regiões administrativas (Arapoanga, que fica em Planaltina, e Água Quente, localizada no Recanto das Emas) trará para o DF, o secretário da Seduh disse que possibilitará uma gestão pública mais eficiente e próxima da população, tendo em vista se tratarem de regiões com muitas particularidades. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021 aponta que a população urbana de Arapoanga era de 47.829 pessoas. No entanto, o levantamento não cita a região de Água Quente.

Transparência

O presidente da Câmara Legislativa, Rafael Prudente (MDB),confirmou que a apreciação desses projetos está nas prioridades da Casa. Segundo ele, é preciso resolver essas questões de forma aprofundada e que haveria tempo ainda neste ano para isso. "Precisamos regularizar diversas situações", disse. O objetivo é tentar o esforço para não deixar pendências para a próxima legislatura, ou pelo menos, adiantar o trabalho.

O presidente da Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), o deputado Cláudio Abrantes (PSD) destaca que o PPCUB é esperado "há muitos anos" na CLDF. "Vamos iniciar os estudos técnicos, visando à votação o quanto antes, podendo ser ainda neste ano", ressalta. "Mas, caso isso não ocorra, de toda forma estaremos viabilizando a apreciação na próxima legislatura." Em relação ao Setor Comercial Sul, o distrital reforça que a pauta também é importante, além de ser aguardada desde o início do governo Ibaneis. "É um tema de análise simplificada, em uma área restrita do Plano Piloto. Estamos dialogando com o Executivo para a revitalização desse centro, como foi realizado em várias cidades do mundo", observa.

Cláudio Abrantes também concordou com a importância da criação das novas RAs, mas reforça que decisão é compartilhada. "Saliento que o tratamento dado a todos os projetos é o da transparência total na apresentação dos temas aos outros deputados, como tem sido feito nesta nossa gestão na CAF, o que ajuda muito na tomada de decisão de todos os parlamentares."

PLOA

Outro grande tema que estará em pauta na CLDF este ano é o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2023 — proposta que contém a previsão de gastos do GDF para todas as áreas de governo e que tem de ser votada ainda no calendário de 2022. De acordo com o texto enviado, a receita e a despesa estimada para o exercício financeiro do próximo ano será de R$ 34.393.508.718,00. O **Correio** procurou o relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF), deputado Agaciel Maia (PL), para falar sobre a votação do projeto de lei, mas, até o fechamento desta edição, não houve retorno.

Especialista em gastos públicos, o professor da Universidade de Brasília (UnB) José Marilson Dantas explica que o PLOA é a proposta que dá origem à Lei Orçamentária Anual (LOA). "É ela que define todas as receitas e as todas despesas que o GDF tem autorização para fazer para o ano de 2023", esclarece. Ele comenta que qualquer serviço que venha a ser executado no ano que vem, deve estar com o gasto listado na proposta. "Então, todas as obras (hospitais, estradas e pontes) e tudo o que foi prometido (pelo governador), só serão realizados se elas constarem na PLOA e forem aprovados na CLDF." Durante sua campanha eleitoral, Ibaneis Rocha (MDB) prometeu criar novos hospitais. "O que projetamos (para os próximos quatro anos) é a construção desses três hospitais (São Sebastião, Recanto das Emas e Guará) e a conclusão do Hospital Jofran Frejat, o hospital do câncer", disse o governador reeleito durante sabatina no **Correio Braziliense**, em 30 de setembro — dois dias antes das eleições.

Líder do governo na atual bancada da CLDF, o deputado Hermeto (MDB) reforça que a votação do PLOA de 2023 é prioridade. "Temos projetos com previsão legal de serem deliberados, como o PLOA 2023 — que está tramitando na Casa e teve seu cronograma publicado", comenta. Ele ainda aponta outros projetos importantes devem ser votados neste ano. "Alguns créditos de remanejamento para a Novacap, DER-DF e outros órgãos de execução, para darmos continuidade às obras que já estão sendo realizadas pelo Distrito Federal", destaca Hermeto.

O deputado Chico Vigilante (PT) — líder da oposição — também avalia o projeto do SCS como de relevância. "Acho que a prioridade para 2022 é o PLOA. Sobre a revitalização do SCS, a prefeitura comunitária de lá tem participado ativamente da criação do projeto. Caso ele chegue à CLDF este ano, deve passar facilmente", observa. Em relação às outras duas pautas,como o PPCUB, o petista ressaltou que elas "podem esperar" até 2023. Chico Vigilante, no entanto, não sinalizou também que ainda não há, até o momento, qualquer projeto que possa enfrentar resistência por parte da bancada de oposição. "Vamos esperar a chegada dos projetos à CLDF para analisar e fazer as possíveis objeções."

Fatias

De acordo com o PLOA de 2023, as despesas do Distrito Federal estão divididas em:

» **R$ 32.979.374.661,00** para os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

» **R$ 1.414.134.057,00** para o orçamento de Investimento.

Fonte: GDF

Ed Alves/CB



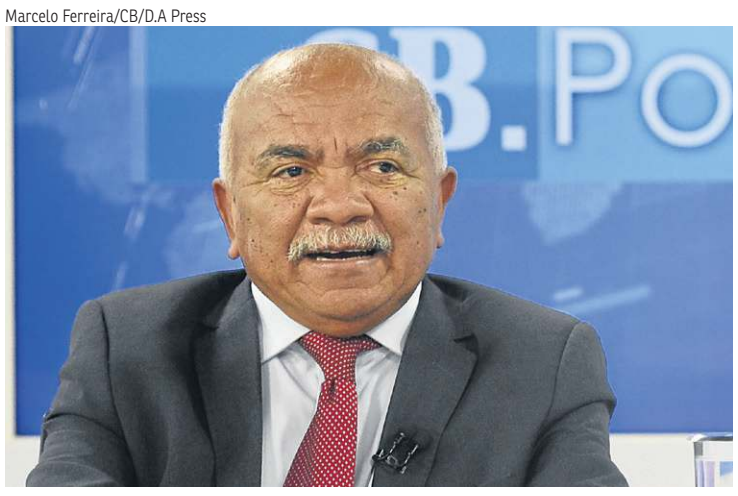
Segundo Mateus Oliveira, projeto do SCS é o mais urgente

ED ALVES/CB/D.A.Press



Presidente da Câmara, Rafael Prudente confirma prioridades

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Chico Vigilante, da oposição, avalia que PPCUB pode esperar

Arthur Menescal/Esp. CB/D.A Press



Presidente da CAF, Cláudio Abrantes garante transparência

Palavra de Especialista

Necessidades dos novos assentamentos

Talvez, a ordem das realizações — por parte da CLDF — devesse ser iniciada com as criações das administrações regionais, instaladas para zelar e acompanhar as necessidades dos novos assentamentos a serem devidamente orientados e fiscalizados, de acordo com os relatórios de impactos ambientais, considerando a natureza desses espaços e dos projetos em relação às urbanizações próximas e existentes, os quais estarão ligados por consequência.

Embora o Distrito Federal já disponha de infraestruturas indispensáveis, como postos de saúde e demais equipamentos de segurança e vigilância projetados — além das necessidades escolares e comerciais, como os demais equipamento comuns — há que pensar nos demais equipamentos previsíveis, condizentes com os planos e projetos elaborados, e complementares ao estado existencial.

Quanto aos setores comerciais, como o Sul, Brasília é a única cidade moderna elevada à condição de patrimônio cultural da humanidade, sendo regida por suas quatro escalas: monumental, residencial, bucólica e gregária. Estas são fundamentais, pois determinam as proporções espaço-temporais das partes da capital, e é isto a ser respeitado naquele setor, que merece zelo e elementos indispensáveis às formas de mobilidade. Notadamente, aquelas que beneficiam os mais necessitados estão acima de qualquer outra.

Cláudio Villar de Queiroz, arquiteto e urbanista